

## CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUESTÃO SOCIAL QUILOMBOLA

*Djankaw Matheus Marques<sup>1</sup>, Éder Rodrigo Gimenes<sup>2</sup>*

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Bacharelado em Serviço Social, EAD/Universidade Cesumar- UNICESUMAR. Programa Voluntário de Iniciação Científica (PVIC/Unicesumar). djankawtrans@gmail.com

<sup>2</sup> Orientador. Docente do Curso de Bacharelado em Serviço Social, Doutor em Sociologia Política, EAD/Universidade Cesumar – UNICESUMAR. Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Participação Política, Universidade Estadual de Maringá - UEM, Maringá/PR. eder.gimenes@unicesumar.edu.br

### RESUMO

Este texto, decorre de análises parciais da pesquisa de iniciação científica, tendo por objetivo apresentar resultados parciais de levantamentos bibliográficos acerca das expressões da questão social quilombola na contemporaneidade, os desafios e demandas ao campo da assistência social. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica em textos que tratam da construção sócio histórica, políticas públicas e interseções, entre expressões da questão social e as comunidades quilombolas rurais no Brasil, com ênfase em produções científicas relacionadas ao Serviço Social, que permitiram identificar quais são as múltiplas necessidades e vulnerabilidades que os quilombos enfrentam diariamente, cabendo aos assistentes sociais compreenderem as interseções, aspectos sociais e culturais presentes nesses territórios, a fim de voltar sua atenção plena, escuta qualificada e atuação de maneira efetiva.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunidades Quilombolas; Política social; Assistência social; Desigualdades sociais.

### 1 INTRODUÇÃO

Historicamente, as comunidades quilombolas, indígenas, caiçaras, ribeirinhas, ciganas e caboclas, povos das águas e florestas são cotidianamente atravessadas por sistemas de violação de direitos sociais básicos, que impedem minimamente o acesso ao território e se veem obrigadas a criar mecanismos e engenhosidades para re-existir. Através da análise da formação sócio-histórica do Brasil, percebemos que o país é atravessado pelo racismo enquanto “processo estrutural” (ALMEIDA, 2019) e ainda estruturante, como prática institucionalizada e sistemática de discriminação, manifestado na violência e autoritarismo desde a colonização do território até a contemporaneidade, como destaca o conceito de necropolítica (MBEMBE, 2018).

As comunidades quilombolas vivem, em sua maioria, em condições precárias e são múltiplos os aspectos e reflexos da questão social nesse universo, como conflitos territoriais, racismo ambiental, distanciamento sistemático ao acesso a saneamento básico, saúde e educação, além dos casos mais graves e problemáticos de violência psicológica, emocional e física que vão desde a impossibilidade de ir e vir às ameaças de morte e casos de assassinatos de lideranças (DEALDINA, 2020), que ferem a comunidade como um todo.

A demarcação de uma categoria de análise no Serviço Social que remete ao campo das relações étnicas permite compreender os processos de constituição e interseções das diferenças sociais e culturais que interferem no atendimento crítico, bem como às pautas efetivas do combate ao racismo.

Assim, a partir do aprofundamento acerca das expressões da questão social quilombola, interseccionadas nas encruzilhadas identitárias (AKOTIRENE, 2019), é necessário compreender os múltiplos aspectos culturais e políticas das comunidades quilombolas, o ser quilombola constitui um marcador identitário importante para problematizar de forma crítica a intervenção profissional de assistentes sociais em suas diferentes dimensões: histórica, teórico-metodológica, técnico-operativa/interventiva e ético-política (IAMAMOTO, 2000).

Diante do exposto, o objetivo deste resumo expandido é apresentar resultados parciais de um levantamento bibliográfico acerca dos desafios e demandas das populações quilombolas brasileiras, buscando compreender as expressões da questão social

quilombola na contemporaneidade. A investigação privilegia a análise das ações sociais e políticas públicas que contemplem a área de atuação da Assistência Social, no sentido de explicitar como a profissão vem atuando na prática frente às expressões da questão social quilombola

É importante ressaltar que esta pesquisa faz referência ao projeto PVIC/Unicesumar intitulado “O Serviço Social nas encruzilhadas da questão social quilombola”, que encontra-se em andamento. Nesse sentido, neste resumo expandido são expostos resultados preliminares da investigação.

## **2 MATERIAIS E MÉTODOS**

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que, segundo Alyrio (2009), compreende a identificação, localização, compilação e fichamento das informações e idéias mais importantes de um texto. Nesta investigação, nos aprofundamos em textos que tratam das intersecções entre expressões da questão social quilombola e serviço social brasileiro.

## **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

O reconhecimento da Assistência Social enquanto profissão e como direito social público foi uma conquista coletiva de longos anos de resistência política pelos movimentos sociais, sindicatos, movimentos populares, povos e comunidades tradicionais e principalmente os profissionais da área, comprometidos com o Projeto Ético-Político do Serviço Social e na luta pelo enfrentamento a todas as formas de violação de direitos (BOSCHETTI, 2017).

Para as comunidades quilombolas no Brasil, de modo específico, esse reconhecimento implicou em avanços no sentido de viabilizar o enfrentamento das expressões da questão social, invisibilizadas historicamente por sistemas de opressão. Souza e Brandão (2021) afirmam que a partir das orientações e colocações dos marcos normativos e legais criados para as comunidades quilombolas, que se alinham à política de assistência social brasileira, há proposições definidas para atuação.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) prevê a garantia de equidade para os segmentos que estão expostos ao maior risco social. Nessa perspectiva, a Norma Operacional Básica da Assistência Social/Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) orienta que a presença de comunidades quilombolas nos territórios seja considerada como indicador complementar para realização da análise socioterritorial dos municípios dentro da variável de especificidade regional:

O estabelecido em relação às características dos municípios de acordo com seu porte é regra geral a ser seguida no processo de cofinanciamento da política de Assistência Social. Há, no entanto, grande possibilidade de ocorrerem situações específicas, não passíveis de tratamento universalizado e generalizado. Tais situações deverão ser consideradas como tal, levando ao desenvolvimento de ações voltadas ao seu atendimento também de maneira específica, inclusive na diferenciação de trato quando da definição dos critérios de partilha e de transferência de recursos federais e estaduais. É o caso, por exemplo, das realidades de seca, fronteira, ribeirinha, portuária, quilombola, indígena, de floresta, bem como das realidades em que são altos os índices de mortalidade juvenil, entre outras, em que o custo dos serviços será calculado a partir da complexidade da situação e das demandas específicas que apresentam, objetivando chegar a pisos variáveis mais específicos dentro de cada nível de proteção (BRASIL, 2004, p. 152).

Isto posto, cabe destacar que assistentes sociais são solicitados a intervir em múltiplas situações relacionadas à precarização de serviços e direitos sociais, ao que somam-se os processos de expropriação provocados pela exploração e destruição da

natureza e dos direitos dos povos indígenas e quilombolas. Nesse sentido, percebemos que há projetos societários em disputa em diversos âmbitos das relações sociais para acessar os produtos do Direito, como afirma Cruz (2019, p. 53), historiadora, advogada e jovem negra ativista da Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha-PR:

O Direito como produto das relações sociais também está em constante disputa de narrativas, seja na judicialização das ações em torno da regularização dos territórios quilombolas, seja na reflexão e elaboração de novas perspectivas epistemológicas nas universidades.

As comunidades quilombolas ainda lutam por reconhecimento, acesso aos direitos sociais básicos e oportunidades de educação, saúde, habitação e trabalho, bem como resistem pelo combate à prática do racismo em todos os níveis, estrutural e institucional, nos ataques às religiosidades de matriz africana no Brasil, pelo combate à LGBTfobia, violência de gênero, dentre outros desafios enfrentados pelas comunidades diariamente. Ademais, a luta pela permanência, demarcação e titulação de territórios quilombolas é prioritária na maioria das comunidades e se dá contra o capital e suas formas predatórias de acumulação por espoliação dos territórios quilombolas, estando diretamente relacionada ao acesso dos direitos sociais previstos na constituição e à permanência dos modos de vida das comunidades.

Os desafios postos hoje ao Serviço Social frente as demandas dos quilombos expressam "velhos" e históricos contextos sociais, onde colocam na agenda profissional novos desafios diante da barbarização e degradação da vida, acentuada no contexto nacional, pela crise do capital, destruição do meio ambiente, resultado do contexto sócio político reacionário, conservador e neocapitalista presente ainda na política do país.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Buscamos salientar que a prática profissional da Assistência Social poderá desvelar a dialética das encruzilhadas existentes nas comunidades quilombolas, sendo eficaz quando, além de orientar a comunidade frente aos seus direitos, deve indicar novas formas de atuação da referida política diante da complexidade das demandas das questões sociais quilombolas, sendo importante para visualizar como tem se efetivado e estabelecido a práxis social por assistentes sociais nesses territórios.

Ao percebermos como tais políticas sistêmicas de violação de direitos humanos se interseccionam nas encruzilhadas das avenidas identitárias (AKOTIRENE, 2020), torna-se evidente que a não atenção às demandas desses povos se revela como uma eficiente arma xenofóbica e genocida, principalmente contra a população negra, quilombolas e indígenas. No caso da sociedade brasileira, tal situação está extremamente explícita nas relações sociais e culturais contemporâneas de uma nação que, mesmo passado tanto tempo, não soube superar a colonialidade do poder, do saber e do ser (QUIJANO, 2005).

Deste modo, a atuação do Serviço Social no enfrentamento das expressões da questão social em comunidades quilombolas na contemporaneidade, deve ser pensada sob as perspectivas interseccional, intersetorial e interdisciplinar visando a execução e ampliação de políticas públicas de direitos voltadas às singularidades das comunidades em parcerias com outros setores da sociedade, movimentos sociais, coletivos, conselhos gestores, secretarias de políticas, comissões técnicas municipais, estaduais e nacionais.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

ALMEIDA, S. L. de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALYRIO, Rovigati Danilo. **Métodos e técnicas de pesquisa em administração**. Rio de Janeiro: Fundação. CECIERJ, 2009.

BOSCHETTI, I. **Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social**. São Paulo: Serviço Social e Sociedade. 2017.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: MDS, 2004.

CRUZ, I. P. C. S. da. **Quilombos e quilombolas: vozes insurgentes pelo direito constitucional ao território**. Monografia (Graduação) – Bacharelado em Direito. Curitiba: UFPR, 2019.

DEALDINA, S. dos S. **Mulheres Quilombolas: defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política**. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

IAMAMOTO, M. V. **Transformações societárias, alterações no mundo do trabalho e Serviço Social**. Brasília. Dep. de Política Social UnB. 2000.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: N-1, 2018.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005.

SOUZA, Sidimara C; BRANDÃO, André A. P. **A Política de assistência social e as comunidades quilombolas do Vale do Mucuri-MG**. Mato Grosso. Argumentos. 2021.